

RELATÓRIO
ANUAL

2020



SICOOB CRED-ACIF

Cooperativa de Crédito
Livre adesão





SUMÁRIO

1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. Nossa Equipe	5
3. Edital de Convocação	6
4. Produtos e Serviços Oferecidos	8
5. Desempenho Operacional	9
6. Parecer do Conselho Fiscal	12
7. Parecer dos Auditores Independentes	13
8. Demonstrativos	15
9. Notas Explicativas	21

1

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezado Cooperado!

Nesta data, completamos 21 anos de constituição, reforçando o compromisso de exercer o papel da Instituição, atendendo aos anseios e expectativas de todos os cooperados e colaboradores.

Tarefa árdua, porém, quando se depositam confiança e compreensão acerca dos trabalhos efetuados, tudo se facilita.

Quero expressar minha satisfação em ter vocês ao meu lado, trilhando essa trajetória, identificando oportunidades, propondo soluções e fazendo do Sicoob Cred-Acif referência no mercado.

Nosso país vive, desde fevereiro de 2020, período de extrema insegurança, incertezas e transformações profundas nos ambientes pessoal, profissional e de negócios.

Inicialmente não entendemos, aceitamos e nos ajustamos, pois foram atitudes necessárias e irreversíveis. Trabalho difícil, porém felizmente temos união, compreensão e a força de todos, e, apesar das dificuldades, a Instituição executa seu trabalho com disciplina, profissionalismo e ambiente colaborativo nas relações internas e externas.

Queremos compartilhar com os cooperados, colaboradores e parceiros nossa satisfação, alegria, expectativa e confiança quanto ao futuro. Com muita responsabilidade, vamos fazer com que a Instituição se torne cada vez mais forte e sólida. Não vamos desviar desse caminho, e “nosso caráter é o resultado da nossa conduta” (Aristóteles).

Obrigado por fazer do Sicoob Cred-Acif uma cooperativa referência.

“VAMOS JUNTOS, SEREMOS SEMPRE VENCEDORES.”

José Alexandre Carmo Jorge
Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Alexandre Carmo Jorge (Presidente)
- Antônio Waldyr Medezani (Vice-Presidente)
- Alex Rodrigues Kobal
- Adriana Aparecida Berbel Martins
- Antônio de Pádua Scott Alves Ferreira
- Danilo de Oliveira Lopes Encinas
- Marcelo Carraro Rocha
- Renato Alves de Castro
- Sérgio Vanderlei Canavez

CONSELHO FISCAL

- José Fernando Bizanha (Coordenador)
- Fabricio Oliveira Fernandes
- Luís Vanderlei Moreti

DIRETORIA-EXECUTIVA

- Diretor-Presidente: Luis Aurelio Prior
- Diretor-Administrativo: Donizeti Tridico
- Diretor-Operacional: Paulo Roberto Manhani

CONTADORA

- Taisa Cristina Borba Ramos
CRC 1SP286562/O2

COOPERATIVA DE CRÉDITO - SICOOB CRED-ACIF**CNPJ nº 04.013.172/0001-50 / NIRE nº 35400063301****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

A Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif, por meio do Presidente do Conselho de Administração, convoca seus Associados, que nesta data são 8.145 (oito mil, cento e quarenta e cinco), em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada em 30 de março de 2021, às 7h (sete horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados; às 8h (oito horas), em segunda convocação, com a presença de metade dos associados mais um; ou às 9h (nove horas), em terceira e última convocação, com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:



ORDEM DO DIA

ORDINÁRIA

1. Prestação de contas do 1º e 2º semestres do exercício de 2020, compreendendo o Relatório da Gestão, o Demonstrativo de Sobras Apuradas, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer de Auditoria Externa.
2. Destinação das sobras apuradas e sua fórmula de cálculo.
3. Aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.
4. Comunicados de assuntos gerais (sem deliberação).

EXTRAORDINÁRIA

1. Reforma do Estatuto Social para alteração do inciso I, do Art. 1º, que trata da mudança do endereço da sede.

A Assembleia Geral ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <http://www.sicoobcredacif.com.br>.

Franca-SP, 19 de março de 2021.

José Alexandre Carmo Jorge
Presidente do Conselho de Administração

Nota (!): Conforme determina a Resolução CMN 4.434/15 em seu Art. 46, as Demonstrações Contábeis do exercício de 2020, acompanhadas do respectivo Parecer dos Auditores Independentes, estão à disposição dos associados na sede e no sítio eletrônico da Cooperativa, através do site www.credacif.com.br.



DISPONÍVEL NO
Google Play



Disponível na
App Store

4

PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS



Veja seu dinheiro render de verdade

FUNDOS DE INVESTIMENTO



Poupança Cred-Acif

POUPACRED



Cheque especial Limite especial

LIMITE FÁCIL



Cheque especial Limite especial

GIROCREC



Incentivo para pequenas e médias empresas

CARTÃO BNDES



DESCONTO DE RECEBÍVEIS VENDEU A PRAZO, RECEBEU À VISTA



Mais autonomia para investir

CARTÃO EMPRESARIAL



Crédito especial para o produtor rural

AGROCREC



Crédito para maquinários e equipamentos pelo BNDES

MAQUICRED



Crédito para veículos e frota

AUTOCREC



Um bom jeito de investir

CONSÓRCIO



SEGUROS

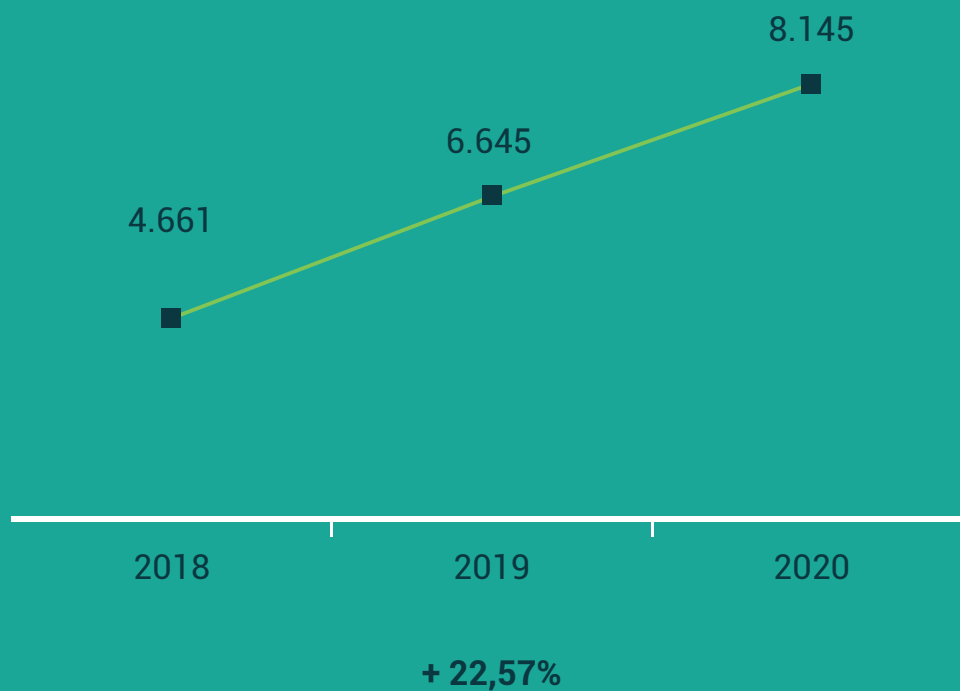
AUTO
VIDA - INDIVIDUAL/GRUPO
RESIDENCIAL
EMPRESARIAL



PAGUE AQUI IMPOSTOS

NÚMERO DE COOPERADOS

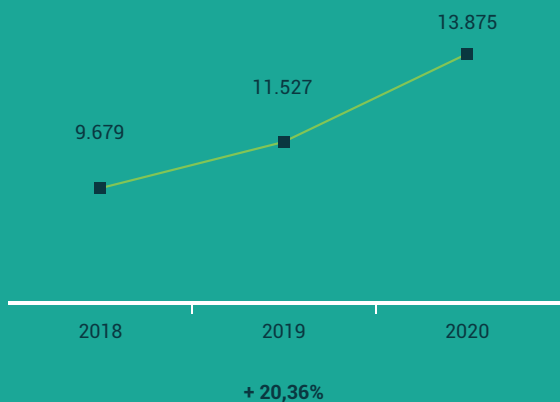
Evolução 2019/2020: 22,57%



CAPITAL SOCIAL - COTAS

Evolução 2019/2020: 20,36%

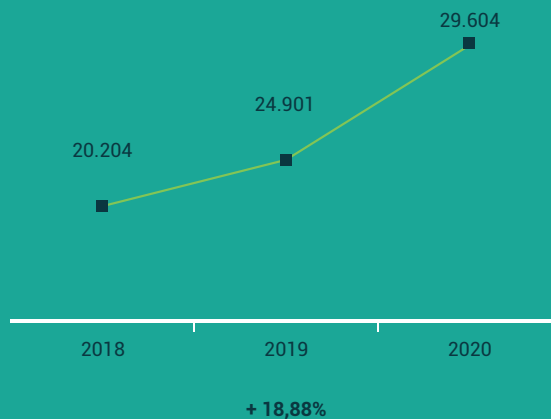
mil



PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

Evolução 2019/2020: 18,88%

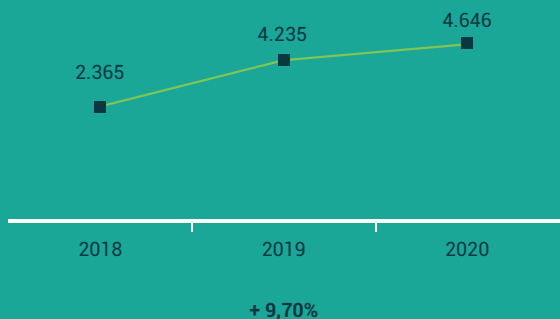
mil



TOTAL PERMANENTE IMOBILIZADO

Evolução 2019/2020: 9,70%

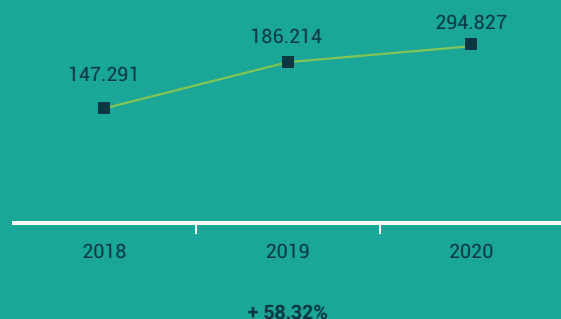
mil



ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Evolução 2019/2020: 58,32%

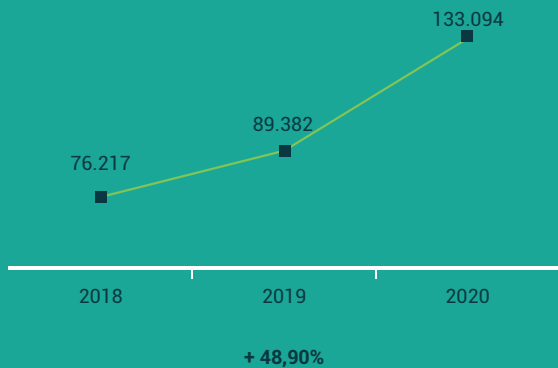
mil



CARTEIRA DE CRÉDITOS

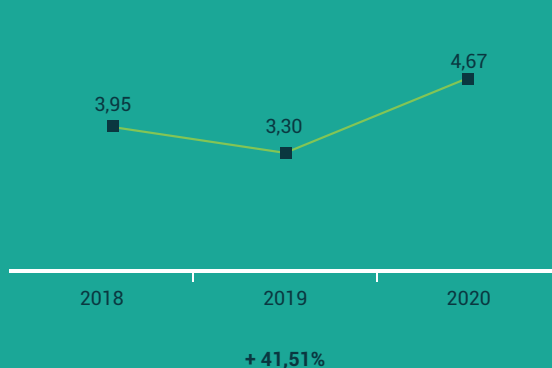
Evolução 2019/2020: 48,90%

mil



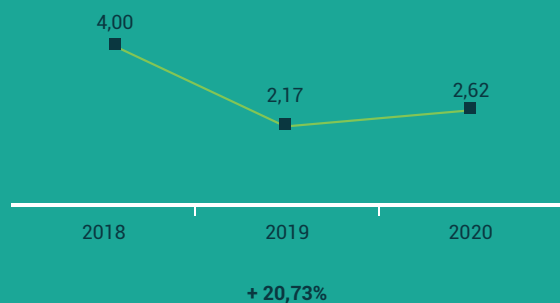
PROVISÃO RISCO x CARTEIRA DE CRÉDITO

Evolução 2019/2020: 41,51%



ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

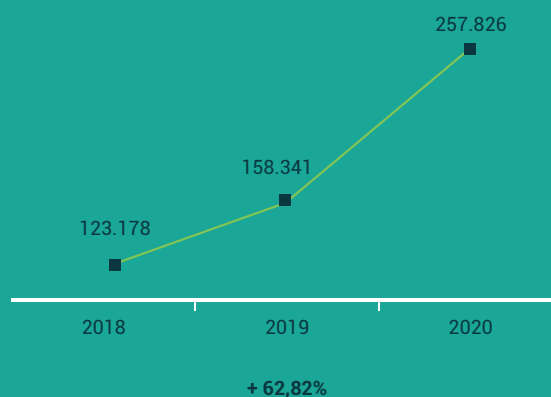
Evolução 2019/2020: 20,73%



CARTEIRA DE DEPÓSITOS

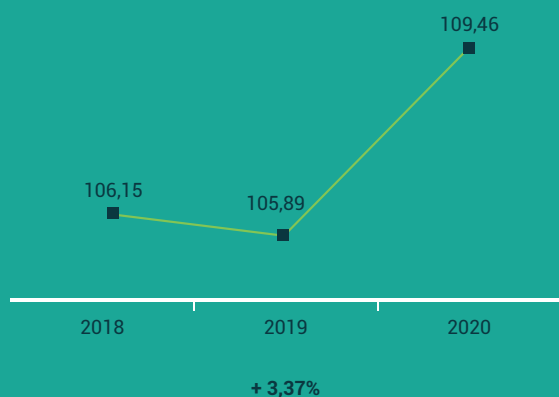
Evolução 2019/2020: 62,82%

mil



LIQUIDEZ GERAL

Evolução 2019/2020: 3,37%



DESPESAS ADMINISTRATIVAS x ATIVO TOTAL

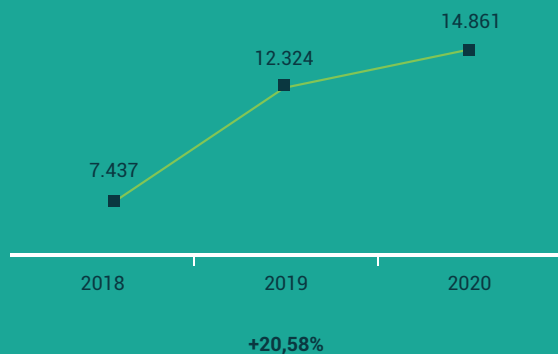
Involução 2019/2020: 30,09%



RESERVA LEGAL

Evolução 2019/2020: 20,58%

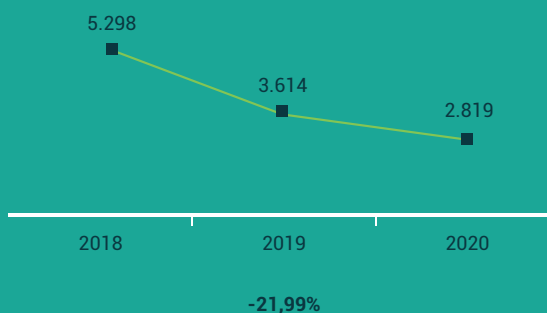
mil



SOBRAS

Involução 2019/2020: 21,99%

mil



Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif, CNPJ 04.013.172/0001-50, no cumprimento das disposições estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo do Resultado desta Cooperativa, encerrado em 31 de dezembro de 2020, bem como os comparativos de 31 de dezembro de 2019.

Baseados nos exames procedidos, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Cooperativa, por isso apresentamos o nosso parecer de que estas contas merecem a aprovação dos cooperados.

Franca-SP, 25 de março de 2021.



Fabricio Oliveira Fernandes
CPF 335.619.298-18



José Fernando Bizanha
CPF 047.626.158-97



Luis Vanderlei Moreti
CPF 033.911.388-07

7

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif
Franca-SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA INSUFICIENTE

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa constituída pela administração da Cooperativa é de R\$ 6.323 mil em 31 de dezembro de 2020, conforme nota explicativa 7. Todavia, nosso exame indicou a necessidade de um complemento da referida provisão, nessa data, de aproximadamente R\$ 6.505 mil, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução Bacen nº 2.682/99 e normas complementares. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior naquele total não provisionado. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 19 de fevereiro de 2021.



Hélio Mazzi Júnior (Contador CRC 1SP189107/O-3)
Moore Stephens Prisma Auditores Independentes (CRC 2SP017256/O-3)

BALANÇOS PATRIMONIAISEM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

ATIVO	NOTA	2020	2019
CIRCULANTE		230.541.725	164.676.122
Disponibilidades	3	1.141.617	1.788.950
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	4	150.805.828	88.164.233
Relações interfinanceiras	5	3.245.420	1.082.564
Operações de crédito	6	77.478.706	73.561.502
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.135.839)	(1.706.673)
Outros créditos	8	1.138.775	1.511.272
Outros valores e bens		867.218	274.274
NÃO CIRCULANTE		64.285.597	21.538.300
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Operações de crédito	6	61.939.213	18.109.603
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(2.411.066)	(1.048.138)
Outros créditos	8	111.420	241.529
Investimentos	9	1.695.756	1.369.729
Imobilizado de uso	10	4.112.351	3.760.969
Intangível	10	250.957	135.960
(-) Depreciações e amortizações	10	(1.413.034)	(1.031.352)
TOTAL DO ATIVO		294.827.322	186.214.422

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

PASSIVO	NOTA	2020	2019
CIRCULANTE		250.182.987	161.289.556
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	11	239.960.448	148.894.670
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	12	5.324.804	9.446.487
Relações interfinanceiras	13	566.463	-
Relações interdependências	13	989.200	112.500
Provisões	14	110.065	90.574
Outras obrigações	15	3.232.007	2.745.325
NÃO CIRCULANTE		15.040.222	23.000
Exigível a longo prazo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	11	1.369.261	-
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	12	11.101.349	-
Relações interfinanceiras	13	2.559.612	-
Provisões	14	10.000	23.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	29.604.113	24.901.866
Capital social		13.875.493	11.527.454
Reserva de sobras		14.861.280	12.324.574
Sobras acumuladas		867.340	1.049.838
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		294.827.322	186.214.422

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

			2020	2019
	NOTA	2º Semestre	Total	Total
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.090.369	22.216.386	21.236.426
Operações de crédito	6.a	9.852.947	19.460.338	16.708.136
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	4	1.237.422	2.756.048	4.352.492
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	-	-	175.798
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(6.043.581)	(11.831.893)	(11.054.280)
Operações de captação no mercado	11	(1.743.046)	(3.901.299)	(5.858.034)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13	(59.940)	(59.940)	(31.889)
Provisão para perdas em operações de crédito	7b	(4.081.878)	(7.637.681)	(4.699.066)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7b	(158.717)	(232.973)	(465.291)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.046.788	10.384.493	10.182.146
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		6.027.322	11.889.480	10.850.454
Ingressos de prestação de serviços		3.551.893	7.339.137	6.772.613
Outros ingressos operacionais	17	2.475.429	4.550.343	4.077.841
OUTROS (DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(10.189.754)	(19.515.292)	(17.859.480)
Dispêndios administrativos	18	(4.448.519)	(8.549.078)	(7.744.672)
Dispêndios de pessoal e honorários	19	(4.830.876)	(9.502.919)	(8.034.165)
Dispêndios de depreciação e amortização		(236.946)	(477.781)	(337.072)
Outros dispêndios operacionais	20	(673.413)	(985.514)	(1.743.571)
Resultado operacional		884.356	2.758.681	3.173.120
Resultado não operacional	21	(12.893)	(128.744)	(17.872)
Resultado antes da tributação		871.463	2.629.937	3.155.248
Imposto de renda e contribuição social		(65.142)	(151.824)	(155.711)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital integralizado		806.321	2.478.113	2.999.537
Juros sobre o capital	16b	341.539	341.539	614.775
Sobra líquida do semestre/exercícios		1.147.860	2.819.652	3.614.312

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

		2020	2019
	2º semestre	Total	Total
SOBRA LÍQUIDA DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	1.147.860	2.819.652	3.614.312
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercício	1.147.860	2.819.652	3.614.312

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

	Capital Social				
	Capital integralizado	(-) Capital a integrar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	9.918.247	(238.277)	7.437.309	3.087.543	20.204.822
Aumento de reserva com sobras	-	-	3.087.543	(3.087.543)	-
Subscrição/realização de capital	1.673.404	74.967	-	-	1.748.371
Devolução de capital	(514.914)	-	-	-	(514.914)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	3.614.312	3.614.312
Juros sobre o capital	614.775	-	-	(614.775)	-
IRRF sobre juros ao capital	(748)	-	-	-	(748)
Destinação da reserva legal	-	-	1.799.722	(1.799.722)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(149.977)	(149.977)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	11.690.764	(163.310)	12.324.574	1.049.838	24.901.866
Aumento de reserva com sobras	-	-	1.049.838	(1.049.838)	-
Subscrição/realização de capital	3.480.482	37.002	-	-	3.517.484
Devolução de capital	(1.510.890)	-	-	-	(1.510.890)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	2.819.652	2.819.652
Juros sobre o capital	341.538	-	-	(341.538)	-
IRRF sobre juros ao capital	(93)	-	-	-	(93)
Destinação da reserva legal	-	-	1.486.868	(1.486.868)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(123.906)	(123.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.001.801	(126.308)	14.861.280	867.340	29.604.113

	Capital Social				
	Capital integralizado	(-) Capital a integrar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2020	12.793.087	(152.790)	13.374.412	1.671.792	27.686.501
Integralizações de capital	1.676.431	26.482	-	-	1.702.913
Devoluções de capital	(809.162)	-	-	-	(809.162)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	1.147.860	1.147.860
Juros sobre o capital	341.538	-	-	(341.538)	-
IRRF sobre juros ao capital	(93)	-	-	-	93
Destinação da reserva legal	-	-	1.486.868	(1.486.868)	-
FATES - cooperados	-	-	-	(123.906)	(123.906)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	14.001.801	(126.308)	14.861.280	867.340	29.604.113

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

	2020	2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.937.253	504.320	(955.891)
Sobra ajustada do semestre/exercícios	5.812.846	11.428.317	9.576.056
Sobra líquida do semestre/exercícios	1.147.860	2.819.652	3.614.312
Provisão para perdas em operações de crédito	4.081.878	7.637.681	4.699.066
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	158.717	232.973	465.291
Desvalorização de outros valores e bens	2.859	2.859	-
Depreciações e amortizações	236.946	477.781	337.072
Residual de baixas de imobilizado de uso e intangível	106.793	106.793	10.165
Provisões passivas	77.793	150.578	450.150
Redução (aumento) nos ativos	(66.062.291)	(114.560.166)	(44.157.935)
Títulos e valores mobiliários	(46.094.778)	(62.641.595)	(25.524.043)
Operações de crédito	(19.728.701)	(51.349.485)	(17.864.420)
Outros créditos e outros valores e bens	(238.812)	(569.086)	(769.472)
Aumento (redução) nos passivos	62.186.698	103.636.169	33.625.988
Depósitos	47.443.960	91.065.778	28.060.258
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	2.559.612	(1.562.071)	7.102.087
Relações interfinanceiras	1.369.261	1.935.724	(929.960)
Relações interdependências	-	876.700	(191.829)
Obrigações por empréstimos e repasses	11.101.349	11.101.349	-
Outras obrigações	(287.484)	218.689	(414.568)
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(994.337)	(995.298)	(2.216.957)
Aumento de investimentos	(325.066)	(326.027)	(562.294)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(669.271)	(669.271)	(1.654.663)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	1.112.843	2.006.501	1.232.709
Integralizações de capital	1.814.571	3.517.484	1.748.371
Devoluções de capital	(701.728)	(1.510.890)	(514.914)
IRRF sobre juros ao capital	-	(93)	(748)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.055.759	1.515.523	(1.940.139)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios (nota 3)	2.331.278	2.871.514	4.811.653
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios (nota 3)	4.387.037	4.387.037	2.871.514

AS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2º SEMESTRE DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
EM REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito - Sicoob Cred-Acif, constituída em 30 de março de 2000, designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 21 de agosto de 2000, através do registro sob nº 04.013.172/0001-50. Tem sede e administração na cidade de Franca, estado de São Paulo, na Avenida Cláudio Cruz Ribeiro, nº 2.651, Parque Castelo, e sua área de ação está limitada aos municípios de Franca, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Cristais Paulista, Guará, Ituverava, Pedregulho, Jeriquara, Buritzal, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista e Nuporanga no Estado de São Paulo.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens e serviços produzidos; e
- a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cecresp), acionista minoritário do Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo coronavírus (COVID-19), que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia brasileira e mundial, a Cooperativa tomou providências relacionadas às formas de trabalho e vem tratando do assunto, coordenando as ações e promovendo orientações e posicionamentos para todos os colaboradores. Considerando as informações e os dados até o momento, não há a visibilidade de impacto nas demonstrações financeiras ou alterações nas estimativas contábeis durante o exercício de 2020. A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009, as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento, quais sejam:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/2008;
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/2008;
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/2009;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/2011;
- CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/2011;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa e foram aprovadas em 19 de fevereiro de 2021, as quais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/2020, que regulamentou procedimentos para elaboração e divulgação de saldos no Balanço Patrimonial de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, depreciações e amortizações, no ativo, e provisões, no passivo, alterações que não influenciaram no saldo total desta demonstração.

B) DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

B.1) APURAÇÃO DO RESULTADO

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

B.2) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

B.3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

B.4) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

B.5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – ATIVO

Classificados conforme a intenção da administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

A Circular BACEN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de

títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

B.6) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

B.7) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução BACEN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

B.8) INVESTIMENTOS

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

B.9) IMOBILIZADO DE USO

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

B.10) INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

B.11) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

O imobilizado e outros ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (impairment).

B.12) DEPÓSITOS À VISTA E A PRAZO

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo prefixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

B.13) RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E LETRAS IMOBILIÁRIAS

Representados por títulos emitidos por instituições financeiras, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio, demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

B.14) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - PASSIVO

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

B.15) PROVISÕES

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

B.16) DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

B.17) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

B.18) SEGREGAÇÃO DO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os com prazos superiores no não circulante, e estão sendo apresentados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 19.641.262. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 49.245.375. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 24.958.083. A administração da Cooperativa está monitorando essa situação para que não haja nenhum problema de liquidez no futuro.

B.19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do Art. 193 do mesmo Decreto.

B.20) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

DESCRIÇÃO	2020	2019
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.141.617	1.788.950
Relações interfinanceiras (nota 5)	3.245.420	1.082.564
	4.387.037	2.871.514

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	Tipo de aplicação	2020	2019
Banco Safra	Títulos de renda fixa	6.149.447	5.964.553
Sicoob Central Cecresp	CDI - Pós - CDICE - livres	144.656.381	82.199.680
		150.805.828	88.164.233

Essas aplicações são remuneradas pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As operações estão custodiadas, substancialmente, em bancos ligados ao Sistema Sicoob. No exercício de 2020 foram registrados no resultado em ingressos de intermediação financeira títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 2.756.048 (R\$ 4.352.492 em 2019).

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 3.245.420 (R\$ 1.082.564 em 2019).

A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2019, foram registrados no resultado rendimentos, em ingresso de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 175.798.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR MODALIDADE

DESCRIÇÃO	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	86.734	-	86.734	41.958	-	41.958
Cheque especial e conta garantida	2.182.228	-	2.182.228	2.089.409	-	2.089.409
Empréstimos e financiamentos	49.694.689	51.354.153	101.048.842	51.894.126	16.565.894	68.460.020
Títulos descontados	8.452.749	-	8.452.749	8.414.830	-	8.414.830
Financiamentos rurais: próprios e repasses	17.062.306	10.585.060	27.647.366	11.121.179	1.543.709	12.664.888
TOTAL	77.478.706	61.939.213	139.417.919	73.561.502	18.109.603	91.671.105

B) COMPOSIÇÃO POR NÍVEL DE RISCO E SITUAÇÃO DE VENCIMENTO

Nível de risco	Provisão %	2020			2019		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	-	16.848.537	16.848.537	-	16.957.960	16.957.960
A	0,5	-	59.190.320	59.190.320	-	35.111.611	35.111.611
B	1	10.197	27.721.454	27.731.651	26.481	22.262.383	22.288.864
C	3	349.971	18.267.310	18.617.281	144.297	12.388.616	12.532.913
D	10	2.643.299	9.377.443	12.020.742	1.005.364	1.766.282	2.771.646
E	30	100.425	600.129	700.554	302.614	557.693	860.307
F	50	687.180	114.576	801.756	277.959	24.916	302.875
G	70	377.252	51.568	428.820	15.228	43.878	59.106
H	100	2.803.564	274.694	3.078.258	752.204	33.619	785.823
TOTAL		6.971.888	132.446.031	139.417.919	2.524.147	89.146.958	91.671.105

C) COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR FAIXA DE VENCIMENTO

Tipo	2020			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Adiantamento a depositantes	86.734	-	-	86.734
Cheque especial e conta garantida	2.182.228	-	-	2.182.228
Empréstimos e financiamentos	18.981.737	30.712.952	51.354.153	101.048.842
Títulos descontados	8.266.936	185.813	-	8.452.749
Financiamentos rurais: próprios e repasses	1.938.580	15.123.726	10.585.060	27.647.366
	31.456.215	46.022.491	61.939.213	139.417.919

Tipo	2019			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Adiantamento a depositantes	41.958	-	-	41.958
Cheque especial e conta garantida	2.089.409	-	-	2.089.409
Empréstimos e financiamentos	24.128.403	27.765.723	16.565.894	68.460.020
Títulos descontados	8.013.829	401.001	-	8.414.830
Financiamentos rurais: próprios e repasses	369.526	10.751.653	1.543.709	12.664.888
	34.643.125	38.918.377	18.109.603	91.671.105

D) CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 10.060.981 (R\$ 9.016.144 em 2019). Em 2020, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 696.316 (R\$ 1.042.342 em 2019), registrados em outros ingressos operacionais (nota 17).

7. (-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A) CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO

DESCRIÇÃO	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(4.042.891)	(2.280.446)	(6.323.337)	(1.258.182)	(1.030.145)	(2.288.327)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(92.948)	(130.620)	(223.568)	(448.491)	(17.993)	(466.484)
	(4.135.839)	(2.411.066)	(6.546.905)	(1.706.673)	(1.048.138)	(2.754.811)

B) MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

	2020	2019
SALDO INICIAL	(2.754.811)	(973.255)
Créditos baixados para prejuízo	1.735.158	2.267.768
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(7.637.681)	(4.699.066)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(232.973)	(465.292)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 17)	2.301.901	1.108.292
Reversão de provisão para outros créditos (nota 17)	41.501	6.742
SALDO FINAL	(6.546.905)	(2.754.811)

8. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Avais e fianças honrados	75.650	-	75.650	422.034	-	422.034
Rendas a receber	118.441	-	118.441	97.764	-	97.764
Diversos						
Adiantamentos e antecipações salariais	7.205	-	7.205	17.331	-	17.331
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	82.134	-	82.134	62.059	-	62.059
Adiantamentos por conta de imobilizações	174.510	-	174.510	-	-	-
Devedores por compra de valores e bens	533.659	111.420	645.079	776.471	241.529	1.018.000
Impostos e contribuições a compensar	54.279	-	54.279	28.267	-	28.267
Títulos e créditos a receber	67.189	-	67.189	75.236	-	75.236
Devedores diversos - País	25.708	-	25.708	32.110	-	32.110
	1.138.775	111.420	1.250.195	1.511.272	241.529	1.752.801

9. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	2020	2019
Sicoob Central Cecresp (nota 26)	1.681.418	1.356.357
Bancoob	13.279	12.318
Cecresp Corretora de Seguros	1.059	1.054
	1.695.756	1.369.729

No exercício de 2020, a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob Central Cecresp em R\$ 325.061 (R\$ 560.573 em 2019). A Cooperativa também aumentou seu capital no Bancoob no exercício em R\$ 961 (R\$ 1.721 em 2019).

10. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A) COMPOSIÇÃO DO SALDO		2020	2019		
DESCRIÇÃO	Taxa anual de depreciação / amortização	Custo	Depreciação / amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Instalações	De 10% a 20%	1.494.687	(312.682)	1.254.314	599.782
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	2.617.664	(941.505)	998.562	593.565
		4.112.351	(1.254.187)	2.858.164	2.843.478
Intangível					
Sistema de processamento de dados	20%	250.957	(158.847)	92.110	22.099
Sistema de segurança	20%	33.663	(33.663)	-	-
		284.620	(192.510)	92.110	22.099
		4.396.971	(1.446.697)	2.950.274	2.865.577

11. DEPÓSITOS

	2020	2019		
DESCRIÇÃO	Circulante	Não circulante	Total	Total
Depósitos à vista	88.109.386	-	88.109.386	43.308.465

Depósitos a prazo (i)	151.851.062	1.369.261	153.220.323	105.586.205
	239.960.448	1.369.261	241.329.709	148.894.670

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2020, foram registrados R\$ 3.901.299 (R\$ 5.858.034 em 2019) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo. Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução nº 4.284/2013 do BACEN.

12. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS E LETRAS IMOBILIÁRIAS

DESCRIÇÃO	2020			2019
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Letras de crédito do agronegócio	5.324.804	11.101.349	16.426.153	9.446.487

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pela Cooperativa, com garantia em direitos creditórios do agronegócio. São remuneradas por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários.

Criados pela Lei nº 11.076/2004, esses papéis têm como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda e carência mínima de 90 dias conforme Art. 5º da Resolução nº 4.410/2015, e a partir de 23 de maio de 2013, as Letras de Créditos do Agronegócio e de Crédito Imobiliário são cobertas pelo FGCoop, com limite de até R\$ 250 mil por investidor. Nos exercícios de 2020 e de 2019, os rendimentos das LCAs foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

A) COMPOSIÇÃO DO SALDO

DESCRIÇÃO	Encargos financeiros	2020		2019
		Circulante	Não circulante	Total
Repasse interfinanceiros	6,82% a 8,84%	566.463	2.559.612	3.126.075

As operações de repasse interfinanceiros são garantidas por notas promissórias, avais e penhores cedulares.

No exercício de 2020, foram registrados R\$ 59.940 (R\$ 31.889 em 2019) no resultado em operações de empréstimos, cessões e repasses.

B) COMPOSIÇÃO DO SALDO POR FAIXA DE VENCIMENTO

TIPO	2020			2019
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Repasse interfinanceiros	-	566.463	2.559.612	3.126.075

14. PROVISÕES

DESCRIÇÃO	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para contingências (i)	-	10.000	10.000	-	23.000	23.000
Provisão para garantias prestadas	110.065	-	110.065	90.574	-	90.574
	110.065	10.000	120.065	90.574	23.000	113.574

(i) Cooperativa é ré em 4 (quatro) demandas de natureza cível, discutidas na esfera judicial, classificadas pelos seus assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$ 119.055, sobre a qual a administração da Cooperativa optou, com base em experiências anteriores e relevância, em constituir provisão de R\$ 10.000 em face desse assunto.

As movimentações no exercício estão assim resumidas:

DESCRIÇÃO	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	(96.735)
Reversão	433.311
Constituição (nota 20)	(450.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(113.574)
Reversão	144.087
Constituição (nota 20)	(150.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(120.065)

Conforme seus assessores jurídicos, a Cooperativa não possui outros processos que indicam perda provável em 31 de dezembro de 2020.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2020	2019
DESCRIÇÃO	TOTAL	TOTAL
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	535	29.734
Sociais e estatutárias:		
Provisão para participação nos lucros	132.863	333.949
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	192.887	149.977
Quotas de capital a pagar	868.976	488.789
	1.194.726	972.715
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS:		
Impostos e contribuições a recolher	341.303	286.607
DIVERSAS:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	347.383	99.974
Obrigações por prestadores de serviços	171.224	170.148
Provisão para pagamentos a efetuar	721.450	702.916
Credores diversos no País	455.386	483.231
	1.695.443	1.456.269
	3.232.007	2.745.325

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 16b).

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL

É REPRESENTADO PELAS INTEGRALIZAÇÕES DE 8.020 COOPERADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 6.645 COOPERADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019. DE ACORDO COM O ESTATUTO SOCIAL, CADA COOPERADO TEM DIREITO A UM VOTO INDEPENDENTEMENTE DO NÚMERO DE SUAS COTAS-PARTES.

A COOPERATIVA, CONFORME ART. 26 DO SEU ESTATUTO SOCIAL, PODERÁ PAGAR AOS COOPERADOS JUROS SOBRE O CAPITAL SOCIAL, LIMITADO À TAXA REFERENCIAL DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA (SELIC) PARA TÍTULOS FEDERAIS. NO EXERCÍCIO DE 2020, A COOPERATIVA REMUNEROU SEUS COOPERADOS EM R\$ 341.538 (R\$ 614.775 EM 2019).

NO EXERCÍCIO DE 2020, A COOPERATIVA AUMENTOU SEU CAPITAL SOCIAL NO MONTANTE DE R\$ 3.517.484 (R\$ 1.748.371 EM 2019), COM RECURSOS PROVENIENTES DE SEUS COOPERADOS, E TAMBÉM OCORRERAM BAIXAS EM 2020, NO MONTANTE DE R\$ 1.510.890 (R\$ 514.914 EM 2019), PROVENIENTE DE COOPERADOS DESLIGADOS.

O CAPITAL SOCIAL É DE R\$ 13.875.493 E DE R\$ 11.527.454 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019, RESPECTIVAMENTE.

B) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS E LEGAIS

AS SOBRES APURADAS NO FIM DOS EXERCÍCIOS DE 2020 E DE 2019, CONFORME ESTATUTO SOCIAL, TIVERAM AS SEGUINTE DESTINAÇÕES:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	2.819.652	3.614.312
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital (i)	(341.538)	(614.775)
Reserva legal (ii)	(1.486.868)	(1.799.722)
FATES (iii)	(123.906)	(149.977)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	867.340	1.049.838

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2020, foi aprovada a remuneração das cotas de capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 341.442, líquido do IRRF, foi contabilizado como “Capital Social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB n° 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais” (nota 20), e ajustados.

(ii) 60% para a reserva legal: destinada a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2019, foi aprovada a alteração da destinação da reserva legal para 60%;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executadas mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para os quais se destina, conforme a Lei n° 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) [nota 15 (i)].

C) SOBRES ACUMULADAS

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de junho de 2020, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2019 para o fundo de reserva em R\$ 1.049.838.

17. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 6d)	337.611	696.316	1.042.342
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 7b)	1.396.752	2.301.901	1.108.292
Reversão de provisão para outros créditos (nota 7b)	33.141	41.501	6.742
Recuperação de encargos e despesas	120.478	144.667	9.564
Crédito receita - SIPAG	304.028	754.223	836.080
Rendas com cartão de crédito	169.314	410.095	524.124
Outras rendas operacionais	114.105	201.640	550.697
	2.475.429	4.550.343	4.077.841

18. DISPÊNDIOS ADMINISTRATIVOS

DESCRIÇÃO	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Água, energia e gás	(63.841)	(125.358)	(104.341)
Serviços do sistema financeiro	(880.477)	(1.593.615)	(1.744.473)
Processamento de dados	(402.227)	(877.562)	(824.736)
Comunicações	(271.767)	(665.047)	(701.090)
Aluguéis	(433.352)	(843.260)	(644.473)
Promoções e relações públicas	(105.770)	(126.299)	(59.780)
Serviços técnicos especializados	(308.562)	(556.284)	(341.349)
Serviço de terceiros, vigilância e segurança	(827.189)	(1.711.507)	(1.339.564)
Propaganda, publicidade, publicações e seguros	(155.287)	(311.404)	(279.211)
Manutenção, conservação de bens e material	(243.226)	(337.165)	(225.254)
Outros	(756.821)	(1.401.577)	(1.480.401)
	(4.448.519)	(8.549.078)	(7.744.672)

19. DISPÊNDIOS DE PESSOAL E HONORÁRIOS

DESCRIÇÃO	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Honorários e cédulas de presença	(77.793)	(150.578)	(450.150)
Benefícios a empregados	(341.539)	(341.538)	(614.775)
Encargos sociais	(45)	(1.087)	-
Proventos	(77.630)	(173.055)	(157.484)
Participação dos lucros	(176.406)	(319.256)	(521.162)
Treinamentos	(7.618)	(7.855)	(90.926)
Remuneração de estagiários	(5.241)	(9.717)	(2.577)
	(4.830.876)	(9.502.919)	(8.034.165)

20. OUTROS DISPÊNDIOS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2020		2019
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisões passivas	(77.793)	(150.578)	(450.150)
Juros sobre o capital (nota 16b)	(341.539)	(341.538)	(614.775)
Descontos concedidos	(45)	(1.087)	-
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP e Cofins	(77.630)	(173.055)	(157.484)
Outros dispêndios	(176.406)	(319.256)	(521.162)
	(673.413)	(985.514)	(1.743.571)

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2020		2019	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais				
Ganhos de capital	5.509	9.603		10.418
Outras rendas não operacionais	7.702	7.702		7.702
	13.211	17.305		52.938
Despesas não operacionais				
Prejuízo na alienação de valores e bens	(500)	(500)		-
Perdas de capital	(1.089)	(10.129)		(3.928)
Desvalorização de outros valores e bens	(2.859)	(2.859)		-
Outras despesas não operacionais	(21.656)	(132.561)		(66.882)
	(26.104)	(146.049)		(70.810)
	(12.893)	(128.744)		(17.872)

22. COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações junto a instituições financeiras oficiais que montam R\$ 7.185.038 e R\$ 5.733.866 em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, respectivamente, registradas em contas de compensação.

23. SEGUROS CONTRATADOS

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelo nosso auditor independente.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias, relações interfinanceiras e relações interdependências.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

25. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas-correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	2020		2019	
	Valor	%	Valor	%
Operações de crédito	288.722	0,2	330.055	0,4
Depósitos	2.443.691	0,9	1.505.415	1
Honorários, cédulas de presença, salários e premiações	1.220.791	13	1.003.207	12

26. CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

A) ATRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

B) SALDOS DAS TRANSAÇÕES DA COOPERATIVA COM O SICOOB CENTRAL CECRESP NOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2020	2019
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	144.656.381	82.199.680
Relações interfinanceiras (nota 5)	3.245.420	1.082.564
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 9)	1.681.418	1.356.357

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

27. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO SICOOB

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital, é aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

A) RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria-Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

B) RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento de risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR - Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de estresse.

C) GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela Cooperativa, para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

D) RISCO DE CRÉDITO E SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento de risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

E) GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto nos Negócios (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os PCN são: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos PNC.

PREMIAÇÃO SICOOB CRED-ACIF

1º LUGAR NA SEGUNDA
CAMPANHA NACIONAL DE
VENDAS - CONSÓRCIOS





FRANCA-SP

CENTRO

R. Campos Sales, 1.931 - (16) 3711-5800

ESTAÇÃO

Pç. Dona Ana Nicácio, 123 - (16) 3711-5820

AV. BRASIL

Av. Brasil, 1.461 - (16) 3711-5830

PQ. CASTELO

Av. Paulo Roberto Cavalheiro Coelho, 711 - (16) 3711-5860

CRISTAIS PAULISTA-SP

Av. Antônio Prado, 2.617 - (16) 3133-1125

RIBEIRÃO CORRENTE-SP

R. Farid Salomão, 1.122 - (16) 3749-1462

RIFAINA-SP

Pç. 24 de Dezembro, 79 - (16) 3135-1510

NUPORANGA-SP

R. Bernardino Pereira da Silva, 468 - (16) 3847-0898

RESTINGA-SP

R. Mário José Pereira, 99 - (16) 3143-1016

JERQUARA-SP

R. Capitão Antônio Joaquim, 547 - (16) 3143-2086